

Esquerdas tropeçam na definição do programa

Promessa de manter silêncio sobre questões polêmicas para garantir ascensão nas pesquisas dura pouco

MARIA INÊS NASSIF
e LUIZ AUGUSTO FALCÃO

Quando os jornais publicaram a virada nas pesquisas eleitorais, o PT montou um discurso de quem havia aprendido a lição. Oficialmente, disse que evitaria antecipar a discussão do seu programa econômico, o ponto mais frágil da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva e onde as concessões, do PT e dos partidos de esquerda a ele coligados, são mais difíceis. Tratava-se de manter um crescimento nunca antes registrado por Lula, desde que admitiu ser candidato pela terceira vez à Presidência, e uma queda de popularidade sem precedentes do presidente Fernando Henrique Cardoso, desde que foi aprovada a reeleição.

Oficialmente, Lula e o presidente do partido, José Dirceu, além de outras estrelas menores, avisaram que não iriam cair numa suposta "armadilha" do Palácio do Planalto: não antecipariam a discussão sobre câmbio e juros, temas sensíveis ao capital volátil que o partido amaldiçoa — embora seja obrigado a concordar que precisa dele se chegar ao poder, até desmontar a "armadilha cambial" sobre a qual a estabilidade da moeda foi montada.

A promessa não durou muito. Na quarta-feira, durante a convenção do PT que homologou sua candidatura, Lula criticou a pressa no processo de privatização das estatais e ameaçou com uma auditoria as vendas já feitas, caso chegue ao poder.

Uma revisão das privatizações é outro ponto sensível — não para os capitais voláteis, mas para os investimentos no setor produtivo que a frente de esquerdas, na primeira versão de seu programa, diz que quer atrair. O vice de Lula, Leonel Brizola (PDT), historicamente vinculado ao getulismo, o criador da maior parte das estatais que o governo Fernando Henrique está privatizando, levantou mais suspeitas sobre a privatização. O presidente do PSB, Miguel Arraes, recusou-se a falar sobre programa de governo.

Política cambial —

Em toda a formulação de cenários econômicos, desde o Plano Real, o PT e seus aliados apontam a sobrevalorização do dólar, sobre a qual foi montado o plano de estabilização de Fernando Henrique, como uma "armadilha" que precisa ser desmontada, sob pena de acabar com o setor produtivo e estagnar a economia. A proposta da frente de esquerda que dá sustentação a Lula é a de mudar o eixo da estabilidade econômica: em vez de sustentá-la com câmbio e juros, financiá-la com poupança interna.

O diagnóstico do PT e das esquerdas é o mesmo desde as eleições de 1994, mas no momento em que Lula sobe nas pesquisas eleitorais é interpretado como promessa de maxidesvalorização. O principal assessor econômico de Lula, o economista Guido Mantega, falou em política "gradativa e prudente" de desvalorização do real até um ponto de equilíbrio que possa sustentar um nível ideal de juros, de 8,5 a 9% ao ano.

No meio da semana passada, em entrevista a Celso Ming, do *Jor-*

nal da Tarde, o economista Aloizio Mercadante teve de atenuar mais ainda a afirmação: não se pode corrigir o câmbio de uma hora para outra, pois provocaria um grande aumento da dívida em dólar das empresas e os custos dos insumos ficariam muito altos. Reconheceu também que existe pouco espaço para a redução dos juros básicos da economia.

Para Marco Aurélio Garcia, coordenador de programa de governo do PT, a desvalorização é inevitável, seja qual for o governo, mas não é prudente discutir como fazer isso. "Não dá para reinventar política monetária nem para sair dizendo a priori o que se vai fazer; esse é um gerenciamento do dia-a-dia", afirma.

Capital volátil — O outro problema da frente é uma relação dúbia com o capital estrangeiro. Diz a tradição das esquerdas que elas vão querer mantê-lo longe. As cabeças econômicas do PT, no entanto, afirmam que não é bem assim. "O governo das esquerdas quer mudar a qualidade do investimento externo, quer mais capital para investimento e menos capital volátil", diz Mantega. "Não queremos criar barreiras, mas fazer a seleção: punir o capital de curtíssimo prazo e exigir tempos de permanência, como a quarentena imposta no Chile ao dinheiro de fora."

A quarentena, que foi divulgada na semana passada e causou estranheza no mercado financeiro, é ainda uma proposta moderada dentro da frente. O parceiro radical, o PC do B, deseja que seja firmado o compromisso de ajustar rapidamente o câmbio e os juros e definir um programa de cunho claramente nacionalista. "Queremos o desenvolvimento a partir de recursos próprios", diz o vice-presidente do partido, Renato Rabelo.

Mercadante reconhece que não é possível baixar os juros imediatamente, sob pena de espantar o capital volátil do qual o País necessita para fugir aos humores internacionais. Mas já está fixado, como item de programa de governo, o incentivo a capitais de investimento, em detrimento do capital de curto prazo.

Para Mantega, essa definição não espantará o capital de curto prazo. Haverá naturalmente uma saída do capital volátil este ano, independentemente de quem seja o favorito do páreo presidencial. "O capital nervoso tem a tendência de sair de um país em ano eleitoral", diz. Nos seus cálculos, o processo eleitoral subtrairá de US\$ 10 a 15 bilhões dos US\$ 74 bilhões de reservas do País. Aliás, esses US\$ 74 bilhões serão mais do que o País precisa, se mudar o perfil de seus investimentos, diz o assessor.

"Se eles ganharem (Fernando Henrique) poderá ser o caos: os indicadores macroeconômicos são inquietantes e não se tem a perspectiva, se Fernando Henrique for reeleito, de correção das fragilidades do seu programa neoliberal", afirma Garcia. "Fernando Henrique é a instabilidade: o capital volátil sabe que ele não vai conseguir manter um modelo que está fazendo água", diz Mantega.

Mantega acredita que hoje o temor de que Lula vença não provoca mais abalos no mercado. "Os empresários são sensatos: eles querem saber se o governo vai estimular a produção; isso é o que interessa e eles", diz o economista.



A dobradinha: exposição apressada sobre câmbio e juros forçou desmentidos

COMO AS ESQUERDAS PENSAM A ECONOMIA

Plataforma comum definida pela frente, em setembro, para as eleições de 1998

O modelo que as esquerdas desejam

Um modelo de desenvolvimento sustentável, soberano e solidário, capaz de promover um crescimento acelerado e a justiça social, garantir o emprego e elevar a participação dos salários

na renda nacional e os padrões de vida da população e combater as desigualdades sociais e regionais, o que se alcançará através de uma nova política econômica.

O financiamento do desenvolvimento acelerado

A economia recuperará a capacidade de financiamento interno, que será a referência da estabilidade. Isso permitirá que o Estado tenha condições de fazer dívidas em moeda

nacional sem atrelamento cambial e sem transformar a dívida pública num mecanismo de transferência de riqueza para o setor financeiro e de crescimento da dívida externa.

Política cambial e monetária

Ajuste gradual do real em relação ao dólar. Juros mais baixos deixarão de atrair investimentos de curto prazo, mas eles serão substituídos pelo investimento produtivo, que será

seduzido pela política de desenvolvimento do governo de esquerda, o alívio fiscal decorrente da redução dos juros e a potencialidade do mercado interno.

Privatização

Interrupção do processo de privatização das estatais estratégicas, em especial as empresas de telecomunicações, de produção e de

distribuição de energia e de petróleo. Auditoria nos processos de privatização com reais suspeitas de fraudes.

Reforma da Previdência

Sistema previdenciário público e aberto até o atual teto; fundos públicos e privados, de caráter complementar e adesão voluntária. Utilização dos fundos previdenciários como mecanismo de poupança

interna. Aumento da arrecadação pela ampliação da base contributiva. Seria mantida uma única contribuição por parte do empregador, aliviando o seu custo sobre a folha salarial.

Reforma agrária e políticas agrícolas

Aceleração da desapropriação de terras improdutivas. Política agrícola destinada a tornar viável as economias familiares. Imposto territorial progressivo.

Política de preços mínimos e medidas para compensar a concorrência de produtos importados beneficiados em seus países por subsídios.

Reforma fiscal

Incremento do gasto público pode criar um círculo virtuoso, em que o aumento da demanda gera crescimento com distribuição. A redução da parcela destinada ao

pagamento da dívida quer pelo alongamento do seu perfil, quer pela redução do seu custo — aumenta o dinheiro disponível para investimento

Reforma tributária

Prioridade para a tributação de grandes fortunas, cigarros, bebidas e produtos prejudiciais à saúde; e para impostos resistentes à sonegação, como os incidentes sobre

combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transações financeiras. Imposto especial sobre o lucro das empresas que foram privatizadas.

Abertura da economia

Redução das importações com base em medidas tarifárias.

ELEIÇÕES



QUARENTENA
É AINDA
PROPOSTA
MODERADA

Lindeiro Gomes/AE-11/6/98

Art/Estado